
Juiz nega que tenha dado decisões favoráveis a bingos

O juiz federal, Djalma Moreira Gomes, um dos investigados pela Polícia Federal na Operação Têmis, divulgou nota pública informando que estava afastado da 25ª Vara Federal no período de 2 de maio de 2006 a 29 de janeiro de 2007.

A manifestação ocorreu por causa de reportagem de *O Estado de S. Paulo*, publicada na quinta-feira (19/4). A matéria conta que escutas telefônicas continham diálogos em que se afirma que magistrados receberam propina em troca de sentenças favoráveis a bingueiros. No caso de Gomes, o jornal admite que isso não se confirmou.

Em conversa, gravada em 12 de novembro de 2006, às 10h59, é relatada a negociação de que Gomes receberia R\$ 70 mil para liberar o funcionamento de casas de jogos ligadas à Confederação Brasileira de Kickboxing.

O diálogo acontece entre o advogado e ex-delegado da PF, Oscar Camargo, que representa os bingos e os caça-níqueis, e o advogado Sérgio Luzio Marques de Araújo, também representante dos donos dos bingos e irmão do juiz federal Marcelo Luzio. Camargo afirmou a Araújo que Gomes receberia o valor por bingo beneficiado.

No entanto, o pedido de liminar que favorecia a casa de jogos foi indeferido. A liminar foi negada no dia 16 de janeiro, quando Gomes diz que estava afastado. A Confederação Brasileira de Kickboxing pediu reconsideração da decisão. No dia 20 de março, o juiz, já de volta ao cargo, manteve a decisão de negar o benefício.

Segundo a nota do juiz, ele jamais proferiu qualquer decisão favorável aos bingos. “Todas as minhas decisões estão à disposição na 25ª Vara, nada tenho a esconder”, diz a nota.

Na escuta, Sérgio Luzio pergunta a Camargo se “fez a ação da 25ª Vara”. O ex-delegado diz que foi ele e afirmou: o “juiz é meu”. E também que, dos R\$ 150 mil cobrados por casa, no total de seis, R\$ 100 mil teriam de ser divididos com o juiz.

Na sexta-feira (20/4), no dia da operação, a PF já admitia que ele não tinha dado decisão a favor dos bingos. A investigação contra ele se deu porque seu nome é mencionado nas escutas telefônicas.

Leia nota divulgada pelo juiz Djalma Gomes

Ciente do compromisso público que assumi quando escolhi, há 12 anos, a magistratura federal como carreira, manifesto-me publicamente sobre a vinculação do meu nome às recentes operações da Polícia Federal, em São Paulo, com o objetivo de investigar a suposta venda de decisões judiciais por parte de juízes e desembargadores federais da 3ª Região.

1 – De início, peço aos meus colegas de magistratura, a cuja classe orgulhosamente pertenço, e à sociedade, a quem devo satisfações da minha conduta como servidor público, que aguardem o desenrolar

das investigações e não façam juízo de valor antecipadamente.

2 – No decorrer dos 38 anos de serviço público sem qualquer mácula, sempre pautei minha conduta pessoal e profissional pelos mais rígidos padrões de honestidade.

3 – Lamento que veículos de imprensa se apressem em estampar fotos minhas em suas páginas, divulgando meras ilações, sem qualquer fundamentação, promovendo verdadeiro linchamento público da minha imagem e abalando profundamente minha vida familiar.

4 – Informo, a propósito, que não respondi pela 25ª Vara Federal no período compreendido entre 02/05/2006 e 29/01/2007 e, portanto, não fui o responsável pelas decisões lá proferidas nesse lapso de tempo, tal qual aquela a que se referiu a reportagem do jornal “O Estado de São Paulo”, edição do dia 19 de abril de 2007.

5 – Jamais proferi qualquer decisão favorável a funcionamento de bingos. Todas as minhas decisões estão à disposição na 25ª Vara, nada tenho a esconder.

6 – Tenho certeza de que, em breve, todos estes fatos serão esclarecidos e eu poderei prosseguir com a minha vida pessoal e profissional.

Djalma Moreira Gomes

Juiz Federal

Date Created

23/04/2007